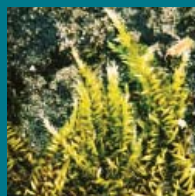


Bibliografia



103



Seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel Síntese das alterações de 2007 - (DL 291/2007, 21 Ago.)

Arnaldo Filipe da Costa Oliveira
Lisboa
Almedina
2008
Desc. Fís.: 187 p.
ISBN: 978-972-40-3582-6



A presente obra apresenta uma síntese das alterações legislativas trazidas ao designado “sistema do seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel” pelo Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de Agosto.

Com abundante remissão para os respectivos trabalhos preparatórios, a obra enuncia de forma completa e rigorosa a situação legislativa relativamente a matérias complexas como, p.e., a da aplicação do “Regime de regularização de sinistros” ao dano corporal (§3.), ou a do regime dos veículos importados (§4.), ou, na vertente extra-transposição da 5ª Directiva, a da limitação do âmbito de actuação do sistema aos riscos inerentes à função-locomção do veículo (§9.), a do regime da “perda total” (§13.), ou o ponto de situação sobre a aplicação da oponibilidade das excepções aos lesados relativamente às invalidades em razão de inexactidões ou omissões na declaração do risco, a propósito do regime do chamado “fundado conflito” (§17-A.).

Um circunstanciado “Sumário” inicial ajuda à utilização da obra para consulta.

A Prática dos Seguros: Como as Seguradoras Regularizam os Sinistros

João Valente Martins
Lisboa
Quid Juris
2008
Desc. Fís.: 352 p.
ISBN 978-972-724-388-4



“O presente trabalho corresponde a uma selecção de alguns pareceres sobre seguros baseados em casos reais que foram devidamente adaptados e transformados de forma a poderem ser apresentados ao público sob a designação de *A prática dos Seguros – Como as seguradoras regularizam os sinistros*”, refere o autor na nota prévia do livro.

Esta obra encontra-se dividida em cinco partes fundamentais. Depois da introdução, o autor apresenta-nos uma série de casos práticos, que abrangem as situações mais comuns da actividade seguradora, nomeadamente: os acidentes de trabalho, acidentes pessoais, automóvel, furto, ramo vida, pagamento do prémio de seguro, pedido de anulação de contrato de seguro. A terceira parte é dedicada à participação e regularização de sinistros do ramo automóvel. A quarta parte, por sua vez, apresenta quatro diplomas legais sobre a actividade seguradora, nomeadamente: o decreto-lei n.º 144/2006, de 31 de Julho, referente à mediação de seguros ou de resseguros, o decreto-lei n.º 291/2007, de 21 de Agosto, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva relativa ao seguro de responsabilidade civil resultante da circulação de veículos automóveis, o decreto-lei n.º 384/2007, de 19 de Novembro, que estabeleceu o conjunto mínimo de informações sobre o beneficiário dos contratos de seguros de vida, de acidentes pessoais e das operações de capitalização e o decreto-lei n.º 72/2008, de 16 de Abril, que estabelece o regime jurídico do contrato de seguro. A última parte apresenta jurisprudência recente sobre seguros.

Estudos de Direito dos Seguros

Luís Poças
Porto
Almeida & Leitão
2008
Desc. Fís.: 255 p.
ISBN 978-972-749-171-1



Esta obra, da autoria de Luís Poças, engloba dois trabalhos apresentados no Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas, especialização em Direito dos Seguros, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2006/2007. A primeira parte intitula-se *Os Seguros de Capitalização* e corresponde ao relatório final da disciplina de Contrato de Seguro. A segunda parte intitula-se *Aspectos da Mediação de Seguros* e corresponde ao relatório final da disciplina de Direito Institucional dos Seguros.

A primeira parte da obra encontra-se dividida em seis capítulos:

- I – Introdução
- II – A dimensão social do contrato
- III – O enquadramento legal do seguro de capitalização
- IV – A doutrina em perspectiva
- V – Jurisprudência: a relevância da qualificação jurídica
- VI – Conclusões

O autor refere, na nota prévia, que este primeiro texto “(...) assume como objecto uma modalidade contratual de seguro de vida com manifesta relevância económica e social, mas que permanece ignorada pela doutrina e pela jurisprudência, muito particularmente no contexto português. Importava, assim, analisar as características e natureza jurídica do contrato, distinguindo-o das restantes modalidades contratuais do ramo Vida”.

A segunda apresenta-se dividida em onze capítulos:

- I – Introdução: contrato de seguro e intermediação
- II – A mediação de seguros – etapas de um processo
- III – Relevância do direito comunitário
- IV – O novo regime da mediação de seguros: aspectos gerais
- V – O contrato de mediação de seguros
- VI – Caracterização do contrato
- VII – As figuras afins da mediação de seguros
- VIII – A natureza jurídica da mediação de seguros
- IX – A vinculação do segurador pela conduta
- X – A jurisprudência
- XI – Conclusões

Segundo palavras do autor, na nota prévia da obra, este segundo estudo “(...) visou um objecto de grande actualidade (atento o recente regime que regula a matéria), analisando a mediação de seguros na dupla vertente institucional e contratual. No âmbito do contrato de mediação de seguros, o texto empreende a sua caracterização e reflecte sobre a respectiva natureza jurídica, focando-se na posição do mediador no contrato de seguro e, particularmente, num aspecto nevrálgico das relações entre o segurador e o mediador: o da vinculação daquele pela actuação deste.”

Importa referir que, nesta obra, é levado em consideração não só o quadro legal vigente à data da sua publicação, mas também as alterações que resultam da recente aprovação do Regime Jurídico do Contrato de Seguro (que entram em vigor a 1 de Janeiro de 2009).

Aspectos práticos da avaliação do dano corporal em direito civil Síntese das alterações de 2007 - (DL 291/2007, 21 Ago.)

Coord. Duarte Nuno Vieira
e José Alvarez Quintero
Coimbra
Imprensa da Universidade
de Coimbra
2008
Desc. Fís.: 242 p.
ISBN 978-989-807-431-7



Esta obra, cuja coordenação esteve a cargo de Duarte Nuno Vieira e José Alvarez Quintero, resulta das reflexões das várias reuniões que estiveram na origem da preparação da tabela portuguesa de incapacidades permanentes para o direito civil, a qual foi elaborada por um grupo de trabalho luso-espanhol.

O presente livro contém “reflexões singelas, mas que podem interessar a todos quantos se iniciam nos caminhos complexos da peritagem de avaliação de danos corporais em direito civil. Pretende-se com a sua publicação assinalar a entrada em vigor da tabela nacional para o direito civil e a criação da competência em avaliação do dano corporal”, referem os coordenadores na nota prévia do livro.

São dez, as referidas reflexões que constituem esta obra, a saber:

- 1 – *A avaliação do dano corporal e os seguros*, de José Alvarez Quintero e Paulo Figueiredo
- 2 – *O perito e a missão pericial em direito civil*, de Duarte Nuno Vieira
- 3 – *Nexo de causalidade em avaliação do dano corporal*, de Duarte Nuno Vieira e Francisco Corte-Real
- 4 – *A avaliação do prejuízo estético*, de Javier Alonso Santos
- 5 – *Quantum Doloris*, de Eugénio Laborda Calvo
- 6 – *A avaliação das sequelas sinérgicas e não sinérgicas da tabela portuguesa no direito civil*, de César Borobia Fernández
- 7 – *A avaliação de grandes traumatizados e a atribuição da terceira pessoa*, de Teresa Magalhães e Duarte Nuno Vieira
- 8 – *A avaliação do dano corporal em crianças e idosos*, de César Borobia, Pilar Alías e Gloria Pascual
- 9 – *Simulação e dissimulação em clínica forense*, de Jorge Costa Santos
- 10 – *O relatório pericial de avaliação do dano corporal em direito civil*, de Teresa Magalhães, Francisco Corte-Real e Duarte Nuno Vieira

No final do livro, podemos encontrar a “Tabela de avaliação de incapacidades permanentes em direito civil” – Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Decreto-Lei n.º 352/2007, de 23 de Outubro e, ainda, os “Valores orientadores de proposta razoável para indemnização do dano corporal resultante de acidente automóvel” – Ministério das Finanças e da Administração Pública e da Justiça, Portaria n.º 377/2008, de 26 de Maio.

Co-edição da Caixa Seguros e Imprensa da Universidade de Coimbra, esta é a segunda publicação da nova colecção “Biblioteca Seguros”.

Acidentes de trabalho. Jurisprudência (2000-2007)

Coord. Luís Azevedo Mendes;
Jorge Manuel Loureiro
Lisboa

Colectânea de Jurisprudência,
Edições
2008

Desc. Fís.: 575, [11] p. a 2 colns.
ISBN 978-989-958-240-8



Trata-se da segunda publicação ordenada da “Jurisprudência Temática” seleccionada e editada pela *Colectânea de Jurisprudência*, dedicada, desta vez, aos “Acidentes de Trabalho”.

A compilação contém uma selecção de Acórdãos, em texto integral, quer dos Tribunais de Relação quer do Supremo Tribunal da Justiça.

A orientação para o critério de selecção dos Acórdãos aqui publicados é, segundo o texto introdutório, a seguinte: “Tendo em conta o enorme volume de decisões publicadas ao longo de trinta e um anos pela *Colectânea*, havia que procurar um critério para restringir a obra aos Acórdãos de maior actualidade e interesse para a actividade prática dos Tribunais e dos profissionais forenses. Assim, optou-se por publicar as decisões editadas a partir do ano 2000, considerando que o novo regime legal dos acidentes de trabalho, operado pela Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro, só começou praticamente a ter expressão na jurisprudência dos tribunais superiores a partir dessa altura.”

Obra de interesse prático e de aplicação diária para os que trabalham na área do Direito do Trabalho, parece oportuna a publicação de uma “síntese indicativa de legislação sobre acidentes de trabalho”, onde se inclui os diplomas sobre segurança e higiene no trabalho.

Nas páginas finais da publicação, um índice geral agrupa os temas mais relevantes. Para uma pesquisa mais afinada, o leitor poderá recorrer ao índice temático.

